

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.777.908 - DF (2020/0274571-1)**

**RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**  
**AGRAVANTE : UNIÃO**  
**AGRAVADO : VICENTE CESAR STABILE GRAVINA**  
**ADVOGADO : SANDRO MATTEVI DAL BOSCO - PR033153**

**DECISÃO**

Cuida-se de agravo apresentado por UNIÃO contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre, fundamentado no artigo 105, inciso III, alínea "a", da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO, assim resumido:

ADMINISTRATIVO SERVIDOR PUBLICO FEDERAL  
DIREITO A AFASTAMENTO COM REMUNERAÇÃO  
PARA PARTICIPAÇÃO EM CURSO DE FORMAÇÃO  
CONCURSO PÚBLICO PARA CARGO DA  
ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL ART 20 § 4º DA LEI  
8.112/1990 ART 14 DA LEI 9.624/1998 PRINCÍPIO DA  
ISONOMIA PRECEDENTES.

Quanto à controvérsia trazida aos autos, alega violação do art. 20, § 4º, da Lei n. 8.112/90, no que concerne à vedação de licença a servidor público federal, com opção pela remuneração do respectivo cargo, para participar de curso de formação em cargo Municipal, Estadual ou Distrital, diante da ausência de previsão legal, trazendo o(s) seguinte(s) argumento(s):

Com efeito, a norma prevista no artigo 20, §4º, da Lei n. 8.112/90, confere direitos apenas àqueles servidores federais que forem preliminarmente aprovados em concursos públicos para o provimento de outro cargo na Administração Pública Federal e, portanto, não alcança a situação da impetrante. Eis o seu teor:  
[...]

Ora, no caso dos autos, a impetrante, ocupante do cargo de Agente Penitenciário Federal, pretende obter o afastamento remunerado para participar do curso de formação relativo ao concurso público para o provimento do cargo de Delegado de Polícia Civil do estado de Goiás, o qual não está vinculado à Administração Pública Federal.

Sendo assim, nitidamente, a situação da impetrante não se subsume à hipótese legal. Em verdade, a norma em questão (art. 20, § 4º, da Lei n. 8.112/90) veda o direito perseguido pela parte autora, de forma implícita. O legislador, ao permitir o afastamento para participar de curso de formação decorrente de aprovação em

concurso para outro cargo na Administração Pública Federal está, simultaneamente, proibindo o afastamento nas mesmas condições se o cargo for das esferas estadual, distrital ou municipal (fls. 272/273).

Assim, a participação no curso de formação pretendida pelo demandante encontra óbice no princípio da legalidade.

Por fim, deve ser ressaltado que não é possível haver equiparação com carreira diversa, estendendo benefícios não previstos em Lei, sob o fundamento da isonomia, pois tal providência encontra óbice no princípio da legalidade estrita e no princípio da separação de poderes, tendo em vista que o Judiciário não pode fazer as vezes de legislador positivo (fl. 274).

É, no essencial, o relatório. Decido.

Quanto à controvérsia, na espécie, o acórdão recorrido assim decidiu:

Em que pese meu entendimento pessoal, curvo-me à jurisprudência desta Turma que se firmou pela procedência do pedido autoral. Anote-se:

"ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. DIREITO A AFASTAMENTO, COM REMUNERAÇÃO, PARA PARTICIPAÇÃO EM CURSO DE FORMAÇÃO. CONCURSO PÚBLICO PARA CARGO DA ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL. ARTIGO 20, § 4º, DA LEI 8.112/1990. PRINCÍPIO DA ISONOMIA. PRECEDENTES. LIMINAR EM MANDADO DE SEGURANÇA CONCEDIDA NA ORIGEM. MANUTENÇÃO DOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO MONOCRÁTICA. 1. O servidor público federal, ainda que em estágio probatório, tem direito de afastar-se do exercício do cargo para participar de curso de formação profissional para provimento de cargo público do Distrito Federal, sem prejuízo de sua remuneração, sob pena de afronta ao princípio da isonomia. Precedentes.

2. Não obstante os argumentos apresentados nas razões do regimental, a tese jurídica veiculada pela parte agravante não é capaz de infirmar os fundamentos que alicerçaram a decisão agravada. 3. Agravo regimental a que se nega provimento." (AGA 0001038-62.2012.4.01.0000 / DF, Rel. DESEMBARGADORA FEDERAL ÂNGELA CATÃO, PRIMEIRA TURMA, e-DJF1 p.08 de 03/07/2014) – (fls. 245/246).

Da análise dos autos, percebe-se que há fundamento constitucional autônomo no acórdão recorrido e não houve apresentação do

devido recurso ao Supremo Tribunal Federal.

Aplicável, portanto, o óbice da Súmula n. 126/STJ, uma vez que é imprescindível a interposição de recurso extraordinário quando o acórdão recorrido possui, além de fundamento infraconstitucional, fundamento de natureza constitucional suficiente por si só para a manutenção do julgado.

Nesse sentido: “[...] firmado o acórdão recorrido em fundamentos constitucional e infraconstitucional, cada um suficiente, por si só, para manter inalterada a decisão, é ônus da parte recorrente a interposição tanto do Recurso Especial quanto do Recurso Extraordinário. A existência de fundamento constitucional autônomo não atacado por meio de Recurso Extraordinário enseja aplicação do óbice contido na Súmula 126/STJ”. (AgInt no AREsp 1.581.363/RN, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 21/8/2020.)

Confirmam-se ainda os seguintes precedentes: REsp 1.684.690/SP, relator Ministro Herman Benjamin, Primeira Seção, DJe de 16/4/2019; AgRg no REsp 1.850.902/MT, relator Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, DJe de 29/6/2020; REsp 1.644.269/RS, relator Ministro Og Fernandes, Segunda Turma, DJe de 7/8/2020; AgRg no REsp 1.855.895/SC, relatora Ministra Laurita Vaz, Sexta Turma, DJe de 23/6/2020; AgInt no AREsp 1.567.236/SC, relatora Ministra Nancy Andrighi, Terceira Turma, DJe de 4/6/2020; AgInt no AREsp 1.627.369/PE, relator Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe de 3/6/2020.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS  
Presidente